# COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

**PARECER nº** 270

**REF.: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 86/21 e emendas**

**AUTORIA: Prefeito Municipal**

**EMENTA: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 86/21 e emendas – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto a conceder direito real de uso de imóvel de sua propriedade ao Comercial Futebol Clube e dá outras providências.**

**RELATOR: Vereador Renato Zucoloto**

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de nº 86/21 e emendas, de autoria do Prefeito Municipal, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto a conceder direito real de uso de imóvel de sua propriedade ao Comercial Futebol Clube e dá outras providências.

Conforme previsto no artigo 72, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, compete a Comissão de Constituição, Justiça e Redação se manifestar em todos os projetos, especialmente no que pertine aos seus aspectos de constitucionalidade e legalidade, verificando também se o Poder Legislativo é competente para a propositura da matéria, analisando seu aspecto intrínseco, sob pena de incorrer em vício de iniciativa que macula desde o nascedouro o projeto apresentado.

Assim dispõe o Regimento:

> *"Art. 72 - Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional e legal e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar o texto das proposições ao bom vernáculo.*

Vale dizer que, no procedimento prévio de controle de constitucionalidade estruturado no âmbito de produção legislativa municipal, de um modo geral, aprecia-se a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei sobre três perspectivas elementares:
I) a matéria legislativa proposta deve se encontrar entre aquelas autorizadas pela CF/88 aos Municípios; II) se foi respeitada a rígida observância das preferências quanto à iniciativa para proposição prevista pela ordem jurídico-constitucional; III) a possibilidade de violação por parte da matéria legislativa proposta à direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.

De acordo com o texto, a competência da CCJ não se exaure na aprovação do projeto, eis que ao depois, compete a análise do seu conteúdo sob os aspectos lógicos e gramaticais, proporcionando assim uma lei, no aspecto amplo, de fácil compreensão e aplicação.

**RELATADO, FUNDAMENTO E PASSO A EMITIR O PARECER.**

De início, ressalta-se que o objeto do Projeto de Lei Complementar nº 86/21 de autoria do Prefeito Municipal que autoriza a Prefeitura a conceder direito real de uso de imóvel de sua propriedade ao Comercial Futebol Clube, se enquadra perfeitamente nas autorizações para legislar franqueadas aos Municípios de acordo com o inciso I do artigo 30 da CF/88 referente à assuntos de interesse local. Competência reconhecida, portanto.

Na estrutura federativa brasileira, os Estados e os Municípios não dispõem de autonomia ilimitada para dispor sobre sua própria organização, inexistindo liberdade absoluta ou plenitude legislativa nessa matéria, prerrogativa só conferida ao poder constituinte originário.

Como consectário, por simetria, impõe-se a observância, pelos entes federados inferiores, dos princípios e das regras gerais de organização adotados pela União. Essas normas centrais são constituídas de princípios e regras constitucionais, dentre os quais se sobressai o princípio da separação e harmonia entre os Poderes, com previsão permanente nas Constituições Republicanas, consagrado no artigo 2º da atual Carta Magna. E, na concretização desse princípio, a Constituição Federal previu matérias cuja iniciativa legislativa reservou expressamente aos Municípios, senão vejamos:

> *Art. 30. Compete aos Municípios:*
> *I- legislar sobre assuntos de interesse local;*

Por sua vez, quanto a competência da Casa, a matéria tratada pelo Projeto em comento se amolda com o que dispõe o artigo 4º, inciso I da Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto e, por sua vez, é de iniciativa do município legislar sobre peculiar interesse e bem-estar da população, desde que atendidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e desenvolvimento humano.

O presente projeto de lei complementar tem por objetivo conceder o direito real de uso ao Comercial Futebol Clube, imóveis de sua propriedade, localizados no Recreio Internacional.

Trata-se de dois lotes que, inicialmente, foram doados à Associação dos Servidores Municipais, pela Lei Municipal nº 2.605/1972 – a qual, por sua vez, revoga-se também no presente projeto, pelas argumentações óbvias descritas, vez que a Associação se manifestou, conforme documentos trazidos em anexo, desinteresse nos imóveis –.

Diante disso, o Comercial Futebol Clube solicitou a concessão dos referidos imóveis para manutenção e construção de centro esportivo no local a ser utilizado para escolinha de futebol e treinos das categorias de base (sub 11, 15 e 17) de crianças e adolescentes.

Desta maneira, em contrapartida à concessão do imóvel, o Clube disponibilizará 40% (quarenta por cento) das vagas da escola de futebol/treinos sem qualquer custo, para crianças e adolescentes carentes.

Os imóveis correspondem a dois sítios localizados no Recreio Internacional, com área total de 10.000,00 (dez mil) metros quadrados, avaliados em R$ 4.039.636,57 (quatro milhões, trinta e nove mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e sete centavos), conforme laudado.

Pelas razões descritas, bem como por todo o exposto legal há de se compreender que a propositura em apreciação nesta Comissão, de iniciativa do chefe do Executivo, visa atingir o objeto proposto e tratado pela ementa do projeto.

Isto posto, o objeto da presente Lei está em consonância com a Lei Orgânica do Município, cabendo à esta Casa a deliberação sobre a autorização (art. 8º da LOM).

A matéria é pertinente à Lei Ordinária, como no caso, pelo que se extrai da leitura do artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Assim, ressalta-se que o Prefeito trouxe os documentos necessários os quais permitem a análise de natureza constitucional, legal e quanto à redação do projeto de lei complementar.

As disposições do Projeto não ferem cláusulas constitucionais de natureza material. A proposição tampouco merece reparos no que tange à sua juridicidade, regimentalidade e técnica; merecendo, portanto, nestes termos, prosperar a presente propositura, visto que a matéria tratada e a forma legislativa utilizada estão em perfeita consonância com a exigência legal e atende ao mérito de relevância.

Sendo assim, por se encontrar o Projeto de Lei Complementar e emendas de acordo com as diretrizes legais e constitucionais, este relator não vê óbice instransponível à aprovação do referido projeto e, de acordo com o disposto pelo artigo 119 do Regimento Interno desta Casa emite-se, portanto, parecer favorável.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 02 de Dezembro de 2021.

**PRESIDENTE**
**Isaac Antunes**

**VICE-PRESIDENTE**
**Renato Zucoloto**

**MEMBRO**
**Maurício Vila Abranches**

**MEMBRO**
**Brando Veiga**

**MEMBRO**
**Jean Corauci**